

Local	Reunião on-line via zoom	Data	25.11.2021	Hora início	12:15	Hora fim	13:00
--------------	--------------------------	-------------	------------	--------------------	-------	-----------------	-------

Participantes

Presenças

- Helena Roseta, Coordenadora Nacional
- Susana Tavares, representante do MTSSS na Entidade Responsável pelo Programa
- Ana Pedroso, Secretária-Geral do Ministério da Saúde
- Joel Vasconcelos, representante do MA na Entidade Responsável pelo Programa
- Nuno Félix, representante do MAAC na Entidade Responsável pelo Programa
- Rita Gonçalves, em representação de José Reis, representante do ACM na Entidade Responsável pelo Programa
- Cláudia Monteiro, da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde

Secretariado – Daniela Serralha

Ausências justificadas

- Filipa Comparado, representante do MCT na Entidade Responsável pelo Programa
- Nuno Serra, representante do MIH na Entidade Responsável pelo Programa

Ordem de trabalhos

- 1. Continuação da apreciação das propostas de esclarecimento em resposta a perguntas frequentes (docs 6.2 e 6.3 da 27ª reunião)**
- 2. Articulação da coordenação nacional e regional (doc 1)**
- 3. Outros assuntos**

Assuntos discutidos

A CN pediu a inversão dos pontos 1 e 2 da OT.

2. Articulação da coordenação nacional e regional (doc 1)

A CN apresentou o “Documento de trabalho sobre articulação da coordenação nacional com as equipas regionais e com os projetos” (doc 1) que resultou de reflexão realizada na 11ª reunião das equipas de coordenação nacional e regional do Programa Bairros Saudáveis, em 19.11.2021, sobre a articulação da coordenação nacional com as equipas regionais, tendo-se concluído que era necessário um reforço da ligação entre a equipa nacional e as equipas regionais e entre as equipas regionais e os projetos no terreno. Esclareceu que há uma disparidade no número de projetos em cada área regional, sendo que o Algarve tem 17, o Alentejo 27, o Centro 39, o Norte 72 e Lisboa e Vale do Tejo 96. É a equipa regional de Lisboa e Vale do Tejo que pede reforço, porque não consegue acompanhar tantos projetos. A CN pediu a Joel Vasconcelos que visse da possibilidade de o seu ministério indicar mais uma pessoa, além do Luís Filipe Sousa, da DRAP. Joel Vasconcelos pensa que poderá ser mais viável indicar uma pessoa da DGADR e vai diligenciar nesse sentido. Foi

Local	Reunião on-line via zoom	Data	25.11.2021	Hora início	12:15	Hora fim	13:00
--------------	--------------------------	-------------	------------	--------------------	-------	-----------------	-------

também pedido um reforço ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, nomeadamente a indicação de uma pessoa do Centro Distrital de Lisboa da Segurança Social, o que Susana Tavares ficou de apurar. Finalmente, se possível, pedi um reforço ao Ministério do Ambiente e Ação Climática, através de Nuno Félix, que ficou também de diligenciar.

1. Continuação da apreciação das propostas de esclarecimento em resposta a perguntas frequentes (docs 6.2 e 6.3 da 27ª reunião)

Foi retomada a reflexão sobre o documento “Conflito de interesses e impedimentos na contratação de recursos humanos e na aquisição de serviços pelas entidades promotoras - proposta de esclarecimento” (doc 6.2 e doc 6.3 da Ordem de Trabalhos da 27ª reunião).

A CN recordou que Joel Vasconcelos tinha alertado para a sensibilidade política do tema. Rita Gonçalves e Susana Tavares (ST) entrevistaram para pedir esclarecimentos. ST propôs que se remeta a questão ao Fundo Ambiental e à Estrutura de Missão Recuperar Portugal, para saber se há objeções à reposta proposta pela CN no doc 6.2, baseada na informação jurídica de Ricardo Lopes (doc 6.3).

Após debate, a proposta da CN foi aprovada, na condição de não haver objeções por parte das entidades que financiam o Programa, a quem o assunto já foi remetido. O esclarecimento proposto pela CN pode ser colocado no site, acrescido da boa prática recomendada, para que haja total transparência nesta matéria, do seguinte teor: “Por razões de transparência, se uma entidade promotora, tendo em conta as limitações referidas na pergunta frequente sobre este tema, deliberar contratar membros dirigentes dos seus órgãos sociais no âmbito do Programa Bairros Saudáveis, deve dar conhecimento dessa decisão às entidades parceiras.”

A CN informou que as respostas às perguntas frequentes publicadas no site estão a ser construídas com base no Regulamento do Programa, na legislação vigente, nas deliberações da Entidade Responsável e nas orientações da Secretária-Geral do Ministério da Saúde.

A reunião foi encerrada às 13h00.

Anexos:

[Doc 6.2 - Conflito de interesses e impedimentos na contratação de recursos humanos e na aquisição de serviços pelas entidades promotoras - proposta de esclarecimento](#), anexo à OT da 27ª reunião

[Doc 6.3 - Parecer jurídico "Legislação – Conflitos de interesses / Casos de impedimento"](#), anexo à OT da 27ª reunião

[Doc 1 - Documento de trabalho sobre articulação da coordenação nacional com as equipas regionais e com os projetos, anexo à OT da presente reunião.](#)

Estes anexos fazem parte integrante da ata da 28ª reunião.

A coordenadora nacional

A Secretária-Geral do Ministério da Saúde

Helena Roseta

Ana Pedroso